

ESQUERDA E DIREITA NA POLÍTICA: E NA MORAL?*

Adolfo Sánchez Vásquez**

Direita e esquerda na política

Há mais de dois séculos, desde que as posições políticas dos representantes do povo, na Assembléia Revolucionária Francesa, foram chamadas de direita e esquerda, de acordo com o lugar que ocupavam frente à presidência, essa dicotomia generalizou-se e sobreviveu em vários países e em tempos diversos. Na verdade, essa não foi a única dicotomia proclamada para situar os partidos, forças, frentes ou atores no cenário político. Particularmente nos países de língua espanhola, outras divisões antagônicas ocorreram, como as entre liberais e conservadores, autoritários e libertários, progressistas e reacionários, fascistas e antifascistas, reformistas e revolucionários. Contudo, ainda que em determinados períodos algumas dessas dicotomias predominasse sobre as outras, é inegável que a de direita e esquerda, por sua amplitude e persistência, acabou se impondo sobre as demais. Certamente não faltaram tentativas de situar-se sobre essa distinção. Tal como fez o nazismo, na Europa, ao pretender assumir e integrar elementos essenciais da direita (o nacionalismo) e da esquerda (o socialismo), e, na América Latina, o populismo de

* Traduzido por Tânia Peldegrini da Revista Casa das Américas (Havana, ano XXXVIII, nº 209, out/dez de 1997 pag. 22-31).

** Prof. da Universidade Autónoma do México.

Estudos de Sociologia

Vargas e Perón, assim como o PRI mexicano, cujo referente básico é o povo acima das divisões, não apenas de classe, mas também de direita e esquerda. Entretanto, no caso do nacional-socialismo, estava claro, desde o primeiro instante, que, por seu programa de ação, longe de superar a dicotomia direita e esquerda, ele nada mais fazia que situar-se no extremo de um dos termos do espectro político, com o qual, tal como outras tentativas similares - as do fascismo italiano e o nacional-sindicalismo espanhol - não podia enganar ninguém. Quanto ao populismo latino-americano, longe de transcender a dicotomia mencionada, nada mais fazia que reproduzi-la em seu seio e, de acordo com as circunstâncias históricas, imprimir-lhe um viés de direita ou esquerda.

Durante quase dois séculos, o significado dos termos antagônicos esteve claro, e não apenas para designar os extremos, mas também para situar os agentes políticos que, não obstante seu distanciamento desses extremos, não deixavam de ser reconhecidos como de direita ou de esquerda. Assim aconteceu com os partidos conservadores que, sem se identificar com o fascismo, não deixavam de ser de direita, ou com os partidos democratas, social-democratas ou socialistas que, sem compartilhar os objetivos da esquerda revolucionária, nem por isso perdiam sua coloração esquerdista. É certo que a linha divisória não era rígida, pois variava historicamente, e que uma mesma força política, em diferentes momentos históricos, podia ocupar - como vimos anteriormente no caso do PRI mexicano - a posição de direita ou esquerda frente à qual se havia situado em outro momento (basta lembrar como exemplo de tais posições em uma mesma força política o PRI, em diferentes tempos: o “liberalismo social” salinista e o cardenismo nacional-revolucionário). E exemplos de semelhante inversão das posições originais de diferentes sujeitos políticos deram-se nos últimos decênios do franquismo, na Espanha, e se dão hoje, com relação ao socialismo, inclusive nas esquerdas radicais, “marxistas-leninistas” de ontem. E, finalmente, em nossos tempos neoliberais de sacralização do

Adolfo Sánchez Vásquez

mercado e da “eficácia econômica”, não têm faltado governos ocidentais, supostamente de esquerda, que fazem uma política de direita tão extrema quanto a do neoliberalismo.

Fim da dicotomia direita-esquerda?

A dicotomia direita-esquerda, cujo uso e predomínio foi reconhecido e justificado durante quase dois séculos, atualmente não goza de boa saúde. Questionada nos últimos anos, ouvem-se vozes que não apenas sentenciam que perdeu o vigor que efetivamente teve em outros tempos como também carece de sentido. Como conseqüência, proclama-se que chegou ao seu fim. Desse modo, à ampla cadeia de mortes que se vêm decretando há algumas décadas - morte ou fim da ideologia, da razão, da modernidade, da história, do marxismo, das revoluções, do socialismo, da utopia, etc. -, agrega-se agora o “fim” da dicotomia direita-esquerda na política.

Os argumentos de mais peso que com esse motivo se esgrimem são três. *Primeiro*: vivemos os tempos tecnocráticos do “fim das ideologias”; portanto, sendo ideológica - como é -, a distinção política direita-esquerda também chegou ao seu fim. Certamente, ainda que não se possa deixar de reconhecer o caráter ideológico dessa distinção, apenas se assumirmos como verdadeira a premissa falsa desse silogismo - e não podemos assumi-la como tal - a conclusão a que chegaremos será verdadeira. Assim, pois, esse argumento não nos pode convencer de que a distinção política mencionada carece de base.

Vejam os *segundo* argumento, que poderíamos formular assim: em nossa época, enfrentam-se problemas novos e insuspeitados, diferentes dos da época em que a referida distinção surgiu, foi reconhecida e floresceu. Enfrentamos hoje - diz-se com razão - problemas inexistentes ou apenas incipientes em épocas passadas, problemas que, por seu alcance univer-

Estudos de Sociologia

sal, poderíamos chamar antropológicos, já que não apenas afetam esta ou aquela comunidade, mas também o gênero humano. Como exemplo, a crescente degradação das condições naturais da existência humana, a avassaladora alienação e reificação dos seres humanos na sociedade atual, a ameaça, que não se dissipa, de um cataclisma ecológico ou de um porvir sombrio ante os avanços da genética, etc. Trata-se de problemas que, por afetar - não de um modo particular, mas universal - os membros da comunidade humana presente, e para alguns deles também a futura, reclamam soluções universais ou universalizáveis, que escapam às soluções parciais de direita ou esquerda. Tudo isso é certo. Todavia, não se pode negar que o modo de alcançar essas soluções, os meios a que se recorre ao buscá-las e colocá-las em prática, assim como o grau de sua aceitação em uma dada sociedade, não ocorrem em uma comunidade ideal, mas real, e são mediados pelos interesses particulares dos grupos ou classes em que se divide essa comunidade. Tal como se pode claramente observar, no momento de responder a imperativos universais, como os ecológicos ou os de reconhecimento e aplicação dos “direitos humanos”, esses interesses particulares condicionam as soluções e os meios de alcançá-los e praticá-los. Por tudo isso, inclusive nesta esfera dos problemas universais, as posições dos atores, ao se expressarem politicamente, dadas suas divergências e antagonismos, situam-se politicamente à direita ou à esquerda.

Por fim, o *terceiro* e mais recorrente argumento nestes últimos anos tem a ver com a derrocada do que, durante muito tempo, constituiu o referencial de um amplo setor da esquerda: o chamado “socialismo real”. Desaparecendo este referencial histórico, a esquerda teria ficado nua, no ar, sem bandeira nem sustentação, e, por isso, não faria mais sentido distingüi-la daquilo que se lhe opunha: a direita. Porém, com relação a este argumento, é necessário determinar vários pontos. Entre eles, estes dois:

Adolfo Sánchez Vásquez

1. O “socialismo real” nunca foi o referencial de toda a esquerda e nem sequer de toda a esquerda socialista, ainda que o tenha sido para uma parte importante dela. Todavia, hoje, inclusive para a esquerda que fez seu o “socialismo real”, está claro o que muitos marxistas críticos já haviam apontado: não se estava diante de uma sociedade socialista, mas ante um sistema burocrático que, por uma série de razões que pretendemos elencar num outro lugar, usurpara, em nome do socialismo, o verdadeiro referente socialista.

2. Não obstante a falsa identificação de socialismo e “socialismo real” - sustentada tanto pelos ideólogos soviéticos quanto pelos porta-vozes mais conservadores do capitalismo -, o socialismo continua sendo hoje um referencial válido, mesmo que incerto e distante, para um setor da esquerda.

Certamente não se pode negar que os argumentos anteriores - qualquer que seja o grau de verdade ou falsidade que se lhes atribua - contribuíram para minar o crédito de que gozava no passado a distinção política de direita e esquerda. E há que reconhecer também que esse declínio de sua vigência estimulou, na prática, o comportamento de certas forças políticas: o da direita neoliberal, disposta a ocupar todo o espaço político, e o da esquerda desencantada, que não consegue enfrentar essa ofensiva, inclusive cedendo, perante ela, seu próprio espaço. Entretanto, o deslocamento das posições de direita e esquerda, no espectro político atual, não anula de modo algum a necessidade nem a validade da distinção entre essas posições no espectro dado. A proclamação de seu “fim” só pode representar uma operação ideológica que tende a ocultar a contraposição de fins, valores ou interesses que se dão numa comunidade real. E ao tratar de borrar, com isso, a linha divisória, o que definitivamente se pretende é fazer prevalecer a posição que está à direita dela, excluindo de uma só vez aquela que continua sendo necessária e válida, à sua esquerda. Daí a importância de que se reveste, em nossos dias, a tarefa de esclarecer e justificar a distinção política de que nos ocu-

Estudos de Sociologia

pamos, para fazer frente à operação ideológica que o “fim” dessa distinção contém.

Crítérios de uma distinção política

Nesta tarefa, contamos com a valiosíssima contribuição de Norberto Bobbio, no seu recente livro *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. Trata-se de uma obra, como outras suas, de um valor teórico excepcional, e, ao mesmo tempo, digna da trajetória fecunda e honesta de quem, a partir da ótica de um socialismo liberal, situa-se em uma inequívoca posição de esquerda. Não nos podemos deter agora, pela óbvia falta de espaço, num livro que suscitou enorme interesse devido à sua riqueza temática, sólida argumentação, espírito polêmico e instigante atualidade. Limitar-nos-emos a assinalar que compartilhamos plenamente a conclusão a que chega o autor, depois de examinar com respeito, perspicácia e clareza os argumentos que avalizam ou impugnam a distinção política direita-esquerda. E a conclusão é que essa distinção está longe de ter chegado ao fim, e, portanto, sobrevive e mantém a vitalidade de seu significado. E posto que direita e esquerda são termos correlativos do universo político, a sobrevivência de sua contraposição significa também, para Bobbio, que a esquerda existe como pólo essencial e original no universo político. No entanto, o reconhecimento da estrutura dicotômica do espectro político forçosamente coloca o problema do critério da distinção direita-esquerda, que Bobbio encontra na “posição diversa que os homens, vivendo em sociedade, assumem frente ao ideal de igualdade”. Depois de precisar porque esta não entende a igualdade absoluta, mas apenas a que se especifica ao responder a perguntas de: igualdade “entre quem?”, “em que?” e “com base em que critério?”, Bobbio reafirma o critério único

Adolfo Sánchez Vásquez

da igualdade que - sendo ideal - foi e continua sendo a “estrela polar” da esquerda.

Neste ponto, permitimo-nos discordar de Bobbio, como já discordaram tantos outros comentaristas, ao considerar insuficiente esse critério único e completá-lo com o de liberdade. Mas, ainda assim, esse critério continua parecendo insuficiente, pois, mesmo que ambos os conceitos se enriqueçam - o de igualdade, com sua concreção em diferentes níveis: igualdade perante a lei, de oportunidades, de posições econômicas e sociais mínimas e de necessidades básicas; e o de liberdade, estendido do plano formal ao real -, a distinção política de direita e esquerda tem que lançar mão de outros critérios que permitem definir essas posições perante múltiplos referentes, como o Estado e a sociedade civil, as relações de propriedade, o papel do mercado, as reivindicações das minorias étnicas, raciais ou sexuais; as relações diversas entre o homem e a natureza, a Igreja e o Estado, ou entre as nações, assim como as políticas concretas: de bem-estar social, fiscal, trabalhista, científica, artística, educativa, entre outras. O critério de distinção política deve ser, pois, aberto e plural, e sua amplitude, assim como a prioridade de uns referentes sobre outros, dependerá das condições sociais num dado momento e lugar, condições essas que variam historicamente. Com certeza, o gonzo em torno do qual giram esses critérios particulares são a igualdade e a liberdade, juntamente com o modo de uma e outra se imbricarem em suas realizações concretas.

Com relação a esses dois critérios básicos, a direita tem, historicamente, tendido a limitar as áreas das liberdades reais para a maioria da população e a frear os avanços na igualdade social, reivindicados pelas classes mais desprotegidas. A esquerda, pelo contrário, tem-se inclinado - em maior ou menor grau, de acordo com a franja de que se trate - a superar esses limites e freios e a ampliar a esfera das liberdades reais e da igualdade social. Ser de esquerda - ou mais exatamente, estar à esquerda - continua a significar, hoje, assumir com um con-

Estudos de Sociologia

teúdo concreto, efetivo, certos valores universais (dignidade humana, igualdade, liberdade, democracia, solidariedade e direitos humanos), cuja negação, proclamação retórica ou estreitamento foram sempre próprios da prática política da direita.

A dicotomia direita-esquerda em outros campos

Por sua origem e natureza, direita e esquerda designam, antes de tudo, posições políticas opostas. Todavia, podemos nos perguntar: cabe estender essa contraposição a outros campos não propriamente políticos? Adiantemos uma resposta geral: será pertinente estendê-la se e apenas a política se faz presente neles, de uma maneira ou de outra. e é necessário rastrear essa presença: 1) no conteúdo dessas áreas específicas do comportamento humano; 2) na orientação estatal ou social que promove esse comportamento; 3) no uso político e social que se faz de seus produtos. Vejamos, pois, até que ponto a distinção política de direita e esquerda se faz sentir em determinadas áreas específicas (científica, técnica, artística e religiosa) do comportamento humano e seus produtos.

1) A distinção política direita-esquerda na ciência

Por seu valor de verdade, objetividade, estrutura sistemática e ordenação lógica, essa distinção ideológico-política é alheia à ciência. Por ser irreduzível à ideologia, não obstante o papel que essa cumpre nas ciências - particularmente nas sociedades -, não há ciências de direita ou de esquerda. Semelhante distinção é incompatível com a especificidade da ciência como conhecimento fundado, verdadeiro e objetivo. Claro que, ao longo de sua história e sobretudo na mais recente, ocorreram tentativas de distinguir em seu seio posições ideológico-políticas de signo antagônico. Assim foi a tentati-

Adolfo Sánchez Vásquez

va nazista de distinguir entre “ciência alemã”, entendida como ciência autêntica, não contaminada, e “ciência judaica”, não autêntica, racionalmente contaminada. Da mesma natureza foi o empenho stalinista em estabelecer uma distinção de classes entre “ciência burguesa” e “ciência proletária”, divisão que deu lugar, no campo da genética, ao escandaloso “assunto Lyssenko”. Devido ao seu conteúdo de verdade e objetividade, a ciência não admite semelhantes distinções ideológicas, façam-se estas por motivos raciais ou classistas. Contudo, se por seu conteúdo, não cabem tais distinções na ciência, sobretudo nas ciências formais e naturais, elas podem ser feitas em outros terrenos, nos quais a ciência está envolvida. Assim se justifica, em primeiro lugar, a orientação que o Estado ou determinados grupos sociais imprimem à pesquisa, divulgação e desenvolvimento científicos e que constitui o que justamente se chama *política* científica. Com ela traçam-se os objetivos fundamentais da atividade científica e se estabelecem a prioridade de certos problemas e a preferência por certas áreas de pesquisa. A política científica, como toda política, admite a distinção de direita e esquerda, de acordo com as posições que se adotam com relação aos objetivos, prioridades e opções possíveis. Todavia, o Estado e os grupos sociais dominantes não apenas levam a cabo certa política no terreno da pesquisa e da divulgação, mas também determinam a aplicação dos frutos científicos alcançados, aplicação essa que pode ser de signo oposto para o poder político e econômico e para os grupos sociais subalternos ou para toda a sociedade. Assim, pois, os frutos do desenvolvimento científico não podem fugir de diferentes valorações, a partir de posições políticas de direita ou de esquerda.

2) A distinção direita-esquerda na técnica

Como a técnica - por seu conteúdo e especificidade ou natureza própria - considera-se ideologicamente neutra, parece escapar da distinção política de direita e esquerda. De modo

Estudos de Sociologia

análogo ao que vimos em ciência, essa distinção só tem sentido em relação à política que acompanha o poder estatal ou econômico ao imprimir-lhe determinada orientação, prioridade ou opção. Pode-se-ia aplicar-lhe do mesmo modo tal distinção, tendo presente a valoração positiva ou negativa de seus efeitos em nossa existência, de acordo com o uso que determinada política impõe. E a distinção se justifica ainda mais quando se trata não de técnicas que admitem um uso ambivalente (benéfico ou pernicioso para a sociedade), mas de técnicas que, por sua natureza intrinsecamente perversa - como são as técnicas bélicas: nuclear, bacteriológica, química ou herbicida -, só podem ter efeitos sociais negativos. Em suma: no que diz respeito à política que desenvolve, num caso, uma técnica ambivalente, e, em outro, uma técnica intrinsecamente destrutiva, perversa, não deixa de ser pertinente a distinção pública de direita e esquerda com relação às posições que adotam perante elas.

3) *A distinção direita-esquerda na arte.*

Que dizer dessa distinção política na arte? Em primeiro lugar, reconhecamos que ela se deu efetivamente num passado não tão distante. Reconhecamos também que ela foi corrente tanto a partir de certas posições políticas de esquerda radicais ou revolucionárias, ao qualificar como própria e autêntica uma arte “de esquerda” ou “revolucionária”, como de posições extremas de direita. É o caso do nazismo, que só considerava própria e verdadeira a “grande arte alemã” ou “ariana”. Certamente, essa politização comum da arte coincidia em condenar toda a arte de vanguarda do século XX como “decadente”, na ex-União Soviética, ou “degenerada”, na Alemanha nazista. Com certeza, em ambos os casos, tratava-se de uma distinção política diversa, que tem por base a redução da arte à ideologia (racista e classista, respectivamente), ignorando por completo sua natureza criadora específica. A redu-

Adolfo Sánchez Vásquez

ção da arte ao conteúdo ideológico-político, que estava na base de sua qualificação como arte “de esquerda”, “revolucionária”, ou de sua desqualificação como arte “burguesa”, “decadente”, deixa de lado o fato de que, na obra artística, o conteúdo existe apenas como conteúdo formado ou criado. E, como tal, o conteúdo político - assim formado ou criado - é parte indissolúvel desse todo que é a obra de arte.

A distinção direita-esquerda, ao abstrair o conteúdo político - exterior à obra - desse conteúdo novo, criado, que só existe *nela e por ela*, situa-se fora da arte. A distinção política, tantas vezes mencionada, carece, pois, de sentido, se se aplica à obra de arte como tal, considerada não como um simples documento sociológico, manifesto ou testemunho político. Vê-la apenas com antolhos políticos de direita ou de esquerda, significa - repito - situar-se fora da arte, ainda que, certamente, não da política. Na verdade, pode-se falar de uma arte conservadora, acadêmica - mesmo que isso seja uma contradição em termos -, e de uma arte revolucionária, inovadora, verdadeiramente criadora; porém, os conceitos “conservador” e “revolucionário” não têm aqui o mesmo significado que na política. Não se pode confundir a chamada arte revolucionária, ou da revolução, com a revolução na arte. Contudo, negar que seja pertinente a distinção política de direita e esquerda na arte não significa negar uma relação propriamente artística - como a que notamos em obras de Delacroix, Goya, Brecht, Neruda, Alberti, Picasso ou Siqueiros - entre arte e política. Ao contrário, o que percebemos, levando para a arte a distinção direita-esquerda, é a dissolução daquela na política. Não existe, pois, devido à sua natureza específica, uma arte de direita ou de esquerda, mesmo que - como em outros campos - caiba adotar semelhantes posições perante a política artística que o Estado e certos setores sociais promovem, ou também com relação à função ideológica, política, que a arte pode cumprir em dado momento. Todavia, ao reconhecer isto, é necessário ter presente que a arte cumpre determinada função não à margem de sua natureza estética, mas sim graças a

Estudos de Sociologia

ela. Ou, como dizia Gramsci, “a arte pode ser política, mas com a condição de que o seja enquanto arte”.

4) Direita e esquerda na religião

Como nos campos anteriores, a distinção direita-esquerda tem sentido quando a religião se dá numa dimensão política. Mas esta não se faz presente em seu conteúdo teológico próprio, em torno do qual encontramos posições fideístas, agnósticas ou atéias. Entretanto, como o crente que predomina em nossas latitudes é ou pretende ser cristão, não apenas em seu comportamento íntimo e ritual com relação a um mundo transcendente, mas também neste “vale de lágrimas” que é o mundo terreno, sua ação pode ganhar uma dimensão política, ao ter que movimentar-se num emaranhado de relações sociais em que se exerce certo poder e afloram em qualquer parte aspirações e interesses de grupos sociais diversos ou antagônicos. Historicamente, essa ação - tratando-se do cristianismo e, mais precisamente, de sua versão católica - mostra uma dupla face: a da cumplicidade com o poder político e econômico e a da opção evangélica, pela eliminação - aqui na terra - da servidão, da pobreza e da opressão. E ainda que a primeira face seja a mais conhecida, porque tem predominado ao longo da história, a segunda não deixou de estar presente em certos momentos, e, especialmente em nosso século, desde os anos 60, na América Latina, com a Teologia da Libertação. Como “opção pelos pobres”, não retórica, mas prática e combativa, trata-se de uma ação que, por seu enraizamento religioso, remete a Cristo e à Bíblia, mas ganha uma clara dimensão política ao fazer eco a reivindicações de forças políticas e sociais, oprimidas e exploradas em nosso tempo e ao aspirar - como estas - transformar este mundo terreno, libertando-o da opressão política, econômica, social e inclusive étnica. Verificamos, pois, que enquanto a religião cristã institucionalizada projeta-se na ordem mundana de “coisa pública”, incide necessariamente na prática política, seja apoi-

Adolfo Sánchez Vásquez

ando o sistema existente, seja optando por transformá-lo, para além do templo, em praça pública. Conseqüentemente, é nesse terreno que se encontram religião e política, ainda que seus encontros sejam de signo oposto, e justamente por isso é pertinente aplicar a distinção política de direita e esquerda à religião.

Chegamos assim à conclusão de que essa distinção, nos campos específicos sobre os quais nos debruçamos - ciência, técnica, arte e religião - tem sentido enquanto a política, de um modo ou de outro, neles se faz presente.

E na moral?

Ao examinar a pertinência da distinção política direita-esquerda na moral, partimos da idéia de que essa forma de comportamento humano caracteriza-se pela regulação das relações entre os indivíduos, assim como entre eles e a comunidade, com a particularidade de que essa relação é livre e conscientemente acatada pelos indivíduos; isto é, com a convicção íntima de que suas normas devem ser cumpridas, sem a imposição de uma instância exterior. A moral pressupõe, portanto, autodeterminação, liberdade e responsabilidade do sujeito. Todavia, o ato moral, sendo necessariamente individual, é também social, não apenas porque afeta outros indivíduos e a comunidade, mas também porque as normas a que o indivíduo se sujeita correspondem a necessidades e requisitos sociais que determinam as modalidades dessa regulação normativa.

O comportamento moral acarreta efeitos ou conseqüências para os demais, e, nesse sentido, faz-se presente na vida pública. E esta é justamente a esfera na qual se encontram - ou se desencontram - a moral e a política. Referimo-nos à política como atividade prática de indivíduos concretos, pertencentes a diferentes grupos ou classes sociais, que se

Estudos de Sociologia

agrupam e agem de acordo com suas aspirações e interesses comuns, para manter, reformar ou mudar radicalmente o Estado e a ordem social. Considerando-se a política nesse sentido amplo, a pertinência de aplicar a distinção direita-esquerda no terreno da moral terá que ser procurada - como fizemos em relação aos outros campos - no modo de a política se fazer presente na moral, ou, ainda, no modo de se relacionarem entre si as formas de comportamento humano ou de regulação das relações entre os homens. As relações entre uma e outra podem ter um caráter pretensamente excludente: política sem moral ou moral sem política; ou podem ser interdependentes, ainda que a posição dos termos seja assimétrica. Vejamos, pois, cada uma das três modalidades da relação entre moral e política.

1. Política sem moral.

A política separa-se da moral tanto se desconhece sua autonomia (claro que relativa) e especificidade, como se, ao afirmar uma e outra, faz isso com um critério alheio à moral. No primeiro caso, a moral é concebida - parafraseando o famoso aforismo de Clausewitz - como a continuação da política por outros meios; no segundo, é introduzida como critério próprio e não compartilhado da política, o instrumental maquiavélico da eficácia - mensurada esta pelo êxito alcançado na conquista, pela manutenção ou destruição do poder existente -, e alheia a toda consideração moral. Ou seja: a moral dissolve-se na política, no primeiro caso, e subtrai-se a política da moral, no segundo.

Quando a moral se dissolve na política, com a pretensão de servi-la, o serviço converte-se em servilismo da moral, desde que, perdendo-se sua autonomia e especificidade, desvanece-se como comportamento livre, voluntário e responsável perante a política. Ao subjugar a política à moral - se se trata de uma pretensa política de esquerda - , aquela entra em

Adolfo Sánchez Vásquez

contradição, pelo servilismo que impõe à moral, com os valores assumidos de liberdade e autodeterminação individual e social que definem politicamente a esquerda, e com isso imprime um viés alheio a seus próprios valores no terreno da moral. Tal servilismo da moral em relação à política é consubstancial aos regimes totalitários, antidemocráticos ou autoritários, pois constitui o corolário forçoso de sua política, sendo próprio também - como demonstra a recente experiência histórica - dos regimes supostamente socialistas que, com esse servilismo, castram o conteúdo libertário e emancipatório próprio do socialismo.

No segundo caso, isto é, quando se subtrai a política da moral, a “boa política” é “boa” precisamente por sua “eficácia” ou “realismo político”, que só podem se afirmar e reconhecer na medida em que escapam a toda valoração e julgamento moral. Não se trata de, com isso, negar a presença da moral, porém esta permanece relegada à vida privada, sem encontrar portas abertas no campo próprio da política.: a vida pública. Semelhante cisão entre público e privado, na vida social, ou entre o cidadão e o indivíduo real, é própria da sociedade burguesa, como apontou Marx em seus escritos de juventude. Tal cisão, que permite esvaziar uma política “realista”, “eficaz”, de seu conteúdo moral, deu-se também em nosso tempo, nas sociedades de “socialismo real”. Contudo, semelhante cisão e a correspondente separação entre política e moral, em nome da “eficácia” ou do “realismo”, não podem ser aceitas por posições políticas de esquerda. Existem valores que a definem - como os de igualdade, liberdade, democracia, solidariedade -, que, não obstante as modalidades de sua presença, são comuns a certa política e a determinada moral, sem que possam ser abstraídos tanto de uma como de outra. Portanto, uma política que assumia tais valores, de uma posição de esquerda, não pode subtrair-se, em sua prática, de tais valores, em nome da “eficácia”, e nem pode relegá-los, por exigências pragmáticas, à vida privada, individual, esfera supostamente exclusiva da moral.

Estudos de Sociologia

Embora o que sustentamos até agora, com respeito à relação primeira entre política e moral (ou seja: política sem moral), prefigure as outras duas (isto é, a relação também excludente de moral sem política), e a interdependente (relação mútua entre os termos), detenhamo-nos nelas, ainda que de maneira breve.

2. Moral sem política.

É a moral da intenção (Kant) ou da convicção (Weber). É a moral do sujeito que age: a) sem pretender que o que se encastela em sua consciência tenha necessariamente uma realização efetiva, política, fora dela, vale dizer, em praça pública; b) que consciente de sua realização, age conforme seus princípios e convicções, porém eximindo-se de suas conseqüências, assumindo apenas a responsabilidade das conseqüências que se adaptem a esses princípios e convicções, fiel àquele velho anseio de “Salvem-se os princípios, ainda que se afunde o mundo!” Trata-se, pois, da moral que assepticamente desembaraça-se da política, ou que só faz sua a que se ajusta à sua rasoura. Moral e política aqui se separam, seja porque a primeira não entende a segunda, seja porque só se reconhece a política que corresponde à intenção, convicção ou princípios do sujeito; isto é, a política que continua a moral. Em suma: trata-se da moral que ignora a política ou que apenas admite a política dissolvida na moral.

Até que ponto a distinção política de direita e esquerda torna-se pertinente na moral, tanto se a política é a) ignorada, ou b) reconhecida apenas por seu ajuste a princípios e convicções morais? Vejamos.

Quando a moral se separa da política ou esta é considerada apenas a partir de um ponto de vista moral, nem por isso deixa - ou pode deixar - de ter conseqüências políticas. Entretanto, independentemente de serem ignoradas ou de que apenas sejam atendidas as que se ajustam às intenções ou convicções morais, as conseqüências políticas de um signo ou ou-

Adolfo Sánchez Vásquez

tro, positivas ou negativas, não podem escapar à dicotomia de direita e esquerda, que, portanto, atinge a moral que tem essas conseqüências. Ainda que, levando precisamente em conta a moral kantiana da intenção, Marx tenha qualificado a moral como “a impotência da ação”, isto não deve ser tomado ao pé da letra: a moral - inclusive a da intenção - tem frqüentemente resultados negativos, pois, como afirma o velho provérbio, “de boas intenções o inferno está cheio”.

Nas duas relações que até agora consideramos, política sem moral e moral sem política, ocorre a absorção ou redução de um termo a outro, porque em ambos os casos se apaga a especificidade de cada um. Na política sem moral, esta se dissolve na política; na moral sem política, esta se reduz à moral.

Examinemos agora a terceira relação anunciada entre moral e política: aquela na qual ambos os termos, sem perder sua natureza específica, são interdependentes, com o qual veremos - de outro ângulo - até que ponto a dicotomia direita e esquerda tem sentido na moral.

3. Interdependência de política e moral.

Trata-se da relação na qual a política - como prática efetiva em comunidades reais - assume certos fins que tem como valiosos, assim como seus atos correspondentes. Para a política de esquerda, estes fins e valores são, entre outros, como já vimos, a igualdade, a liberdade, a justiça, a democracia, a solidariedade. A política de direita, por sua vez, caracteriza-se pelas limitações e obstáculos que interpõe à realização de tais fins e por assumir outros que tem como necessários e valiosos, tais como a desigualdade social, étnica ou sexual, o culto da autoridade e da tradição, e, em suas formas externas, totalitárias, autoritárias ou neoliberais, o integrismo religioso, o nacionalismo agressivo ou a idolatria do mercado. Todavia, para que determinada política possa realizar os fins que se propõe, requer certos meios, além de seguir a estratégia e as

Estudos de Sociologia

táticas adequadas, sem o que esses fins permaneceriam desencarnados, num plano ideal. A política, portanto, não só tem um lado axiológico e nele a dimensão moral, que é aquela que até agora assinalamos, mas também um lado industrial que, como tal, é julgado por sua eficácia. Sua caracterização por meio dos fins ou valores que lhe dão o sentido de direita ou de esquerda (políticas opressivas e discriminatórias ou emancipatórias e libertadoras), não pode ignorar os meios necessários para sua realização. Assim, pois, uma política valorizada positivamente por seus fins, dado seu necessário aspecto instrumental, não pode desentender-se dos meios adequados, já que sem recorrer a eles não poderia materializar-se. Entretanto, não só os fins, mas também os meios precisam ser justificados e estes não se justificam simplesmente por sua adequação enquanto eficazes, mas requerem também uma justificativa própria e não puramente instrumental.

Mesmo sendo eficientes, existem meios que, por sua natureza intrínseca, podem e devem ser desqualificados, independente de se adequarem ou não aos fins que perseguem. Os campos nazistas de extermínio não apenas funcionavam eficientemente, mas também concordavam plenamente com os fins destrutivos e racistas a que serviam. O *Gulag* soviético, em contrapartida, não obstante sua eficiência repressiva, estava em contradição com os fins emancipatórios e socialistas que a retórica oficial proclamava (não por acaso, entre suas vítimas, contaram-se não só a velha guarda bolchevique, mas também milhões de comunistas). Se o *Gulag*, com seu horror e eficiência repressivos, constituía um meio adequado para manter no poder a *nomenklatura* de um novo sistema de dominação e exploração, resultava aberrante para a construção de uma verdadeira sociedade socialista. Assim, pois, em ambos os casos, o meio deve ser condenado, seja concordando com os fins (campos de extermínio e nazismo), seja negando os fins que proclama (*Gulag* soviético), e isso independentemente de que, num caso e no outro, o meio seja eficiente para a política que se realiza.

Adolfo Sánchez Vásquez

Além de direita e esquerda na moral?

A relação entre os fins e os meios na política, que consideramos, permite-nos concluir que a distinção de direita e esquerda tem a ver não apenas com os fins, mas também com os meios. Levando em conta essa dupla carga - axiológica e instrumental -, cabe afirmar, a partir das experiências fracasadas de uma esquerda delirante em nosso continente, que a pureza dos fins não salva a ineficácia dos meios ou de determinada estratégia militarista ou vanguardista. E pode-se afirmar também, de modo análogo, com base no pragmatismo social-democrata ou no “realismo” stalinista, que tampouco se salva a política que, recorrendo a meios “eficazes”, perverte os fins e valores proclamados. Certamente a direita tende a justificar os meios se são eficazes para os fins que considera valiosos. Entretanto, a esquerda tem que justificar os meios, não só por sua eficácia, pois há meios que, ainda sendo eficazes - dada a sua natureza perversa - são incompatíveis - como apontamos - com seus fins e valores. Há meios como o genocídio, o terrorismo individual ou de Estado, o seqüestro, a fraude, a tortura, a corrupção, etc, os quais, ainda que conaturais à extrema direita, não podem ser utilizados por uma política de esquerda, sem que esta negue a si mesma. A crítica que se pode e se deve fazer à utilização de semelhantes meios, seja qual for a roupagem com que se apresentem, não há de ser uma crítica político-instrumental, mas político-moral. Contudo, justamente por seu conteúdo moral, essa crítica transcende as posições políticas de direita e esquerda, ao condenar o uso de certos meios, tanto se são eficazes como se não são, em nome de certos valores - como a dignidade humana e o respeito aos direitos humanos - que não estão adstritos exclusivamente a uma posição - de direita e esquerda - no universo político.

Mas, ainda que essa crítica moral, que não se detém em barreiras ideológicas ou políticas, tenha um alcance universal

Estudos de Sociologia

e aponte sobretudo para a direita, que escarnece dessa dignidade e desses direitos, a esquerda não escapa a ela, quando recorre a meios perversos para realizar seus fins. Essa crítica moral de certa política de esquerda, que se deu historicamente, torna-se ainda mais imperiosa para ela enquanto cumpre a função política de impulsioná-la a encontrar o caminho adequado; ou seja, a por em concordância seu lado instrumental e seus fins e valores irrenunciáveis. Uma crítica desse tipo, mesmo que, por seu conteúdo moral universal e incondicionado escape à dicotomia de direita e esquerda, deveria ser, não obstante, um componente essencial de toda política de esquerda. Poderia ser assim mesmo e já o é, na medida em que se defende efetivamente, não só num plano retórico ou formal, a dignidade humana, respeitam-se os direitos e atende-se ao imperativo - de origem kantiana, a que Marx deu um conteúdo real - de tratar sempre o homem como fim e não como simples meio (instrumento ou mercadoria); poderia ser - repetimos - uma antecipação dessa moral universal que, até agora, só se dá nas utópicas “comunidades ideais”, de diálogo ou de outra natureza.

A verdade, porém, é que nas comunidades reais em que vivemos, com diferenças às vezes abissais, econômicas, de classe, étnicas, nacionais, religiosas ou de gênero - que se traduzem em posições políticas de direita e esquerda -, esses princípios morais universais, não obstante os êxitos alcançados, ainda requerem, por sua insuficiência, uma luta tenaz e firme, para estender e aprofundar sua aplicação. E mesmo que, devido a sua universalidade e incondicionalidade, essa moral supere em teoria a distinção política de direita e esquerda, na prática não escapa aos atentados contra esses princípios e imperativos provenientes não apenas da direita - o que nos pode assombrar, já que, por sua própria natureza, sobretudo em suas formas extremas, é incompatível com eles -, mas também de certa esquerda autoritária e dogmática, quando recorre - como atestam experiências históricas recentes - a

Adolfo Sánchez Vásquez

meios perversos para realizar seus fins e valores. E a política de direita mesmo assim conspira contra essa antecipação de uma moral universal, quando faz do universal - dos “direitos humanos” - um uso instrumental, simples meio dos interesses particulares que regem a “defesa” desses direitos, ou quando, com uma moral dupla, movida por esses mesmos interesses, faz uma defesa seletiva deles, tolerando suas violações em alguns países e denunciando-os em outros.

Assim, pois, nas comunidades reais, assimétricas como as nossas, com profundas divisões sociais que se expressam - com todos os matizes que se desejar - na dicotomia política de direita ou esquerda, a moral - inclusive aquela que hoje antecipa precariamente em nossas sociedades sua universalidade e incondicionalidade - não pode escapar a essa dicotomia, e, ao mesmo tempo, impregnar a política. Contudo, converte-se então em uma necessidade de atuar politicamente para remover os obstáculos que, na vida real, interpõem-se na aproximação ou realização dos fins e valores dessa moral. Entretanto, uma política desse tipo deve estar impregnada por sua vez, de um profundo conteúdo moral, com o qual se manifesta a imbricação incontornável de uma nova política e de uma nova moral. E é essa imbricação que, nos dias de hoje, no México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional pretende forjar, pretensão essa que requereria sua transformação em uma nova força política.

Para tratar de remover os obstáculos que se contrapõem definitivamente à realização dos valores negados ou restringidos em nossas comunidades reais - dignidade humana, direitos humanos, liberdade, igualdade, democracia, justiça -, é necessário uma política em que se conjuguem indissolavelmente os lados axiológico e instrumental, que faça do poder a conquistar, manter ou transformar um meio e não um fim, ou também um meio que se alcance ou mantenha sem entrar em contradição com o fim. Tal política, porém, longe de poder ser feita à margem da dicotomia de direita e

Estudos de Sociologia

esquerda, pode e deve ser assumida pelas forças que optem pelos valores e fins próprios à esquerda.